ENCICLOPÉDIA
sobre o Desenvolvimento
na Primeira Infância

BAIXA RENDA E GRAVIDEZ

Serviços para crianças de baixa renda e suas famílias. Comentários sobre Lipman e Boyle, Kitzman, e Knitzer

Tama Leventhal, PhD

Institute for Policy Studies, Johns Hopkins University, EUA

Outubro 2005

Introdução

A baixa renda familiar limita o acesso a recursos básicos, entre os quais alimentação, abrigo e cuidados de saúde. A dificuldade econômica, por sua vez, cria pressões sobre os relacionamentos entre os membros da família.[1-2] Vêm-se acumulando pesquisas sobre os efeitos adversos diretos e indiretos da baixa renda familiar sobre diversos resultados para a criança, incluindo cognição e desempenho, saúde física e bem-estar emocional, social e comportamental.[3-5]

Experiências de pobreza familiar durante a primeira infância, especialmente quando são duradouras e relativamente extremas, têm os efeitos mais prejudiciais sobre o desenvolvimento da criança.[6-10] Esta constatação, associada ao interesse crescente pelo significado da primeira infância para o desenvolvimento, focalizou as atenções em estratégias de intervenção para a promoção do bem-estar de crianças de baixa renda.[11-12] Lipman e Boyle, Kitzman, e Knitzer são especialistas reconhecidos nessa área. Por diversas vias, seu trabalho salienta a necessidade de

promover o desenvolvimento, em sentido amplo, de crianças de baixa renda, com ênfase principalmente na importância de seus resultados precoces nas áreas emocional, social e comportamental para o funcionamento futuro. Em parte com base em seu trabalho exemplar, todos estes autores apontam estratégias programáticas e políticas promissoras para a realização desse objetivo.

Pesquisas e conclusões

A partir de uma visão muito ampla, Lipman e Boyle revêem o estado do conhecimento sobre intervenções e estratégias de prevenção planejadas para reduzir os problemas emocionais, sociais e comportamentais das crianças. Além de reivindicar avaliações mais rigorosas dos programas, os pesquisadores argumentam em favor de mais avaliações sobre a eficácia dos serviços no contexto das comunidades em que são prestados, bem como do desenvolvimento de instrumentos metodológicos para a determinação da eficácia dos serviços. Embora apontem que nosso conhecimento é limitado, Lipman e Boyle identificam uma série de obstáculos – estruturais e percebidos – que impedem o reconhecimento de problemas sociais e emocionais de crianças pequenas e prejudicam o recebimento dos serviços. Em especial, obstáculos à prestação de serviços incluem disparidades regionais na disponibilidade de serviços, a adequação e pertinência (inclusive tal como percebidas) dos serviços existentes e uma gama de problemas de acessibilidade – por exemplo, transporte, cuidados infantis, horários de atendimento e cultura/idioma. Entre as recomendações de Lipman e Boyle para a superação desses obstáculos incluem-se a provisão de mais recursos para o atendimento de populações de crianças e famílias em situação de risco, ou seja, de baixa renda. Concomitante com essas iniciativas devem ser empreendidos esforços para aumentar a consciência da comunidade sobre os problemas sociais, emocionais e comportamentais de crianças pequenas, e os benefícios potenciais dos serviços.

Knitzer adota uma abordagem mais restrita, considerando programas que têm como alvo específico crianças de baixa renda e em situação de risco quanto a problemas sociais e emocionais. Depois de identificar a magnitude do problema – que é bastante significativa no que se refere à prontidão para a escola e à prevalência de distúrbios clínicos em meio a crianças de baixa renda –, a autora analisa as evidências. Tal como Lipman e Boyle, Knitzer conclui que as avaliações existentes dos programas para crianças de baixa renda com foco em problemas emocionais, sociais e comportamentais são relativamente escassas. No entanto, reconhece que as intervenções atuais, muitas das quais ainda estão em andamento, têm dado cada vez mais atenção aos problemas comportamentais de crianças de baixa renda por meio de serviços com

alvos definidos, seja na escola, em casa ou em contextos de clínica, ou por meio da inclusão de resultados sociais e emocionais nas avaliações dos programas. Knitzer especula que essas intervenções oferecerão novos *insights* sobre a abordagem a problemas sociais e emocionais de crianças de baixa renda. Como um caminho especialmente promissor, indica programas que funcionam de forma coordenada, com pais, cuidadores e professores, para a promoção de bem-estar emocional de crianças de baixa renda. Knitzer enfatiza também a necessidade de levar em consideração a relação entre o funcionamento socioemocional e acadêmico de crianças pequenas. Da mesma forma que Lipman e Boyle, Knitzer reitera a necessidade de maiores investimentos em políticas voltadas ao bem-estar social, emocional e comportamental de crianças pequenas.

Kitzman focaliza exclusivamente programas de visita domiciliar como estratégia para a prestação de serviços a famílias com crianças pequenas, principalmente aquelas de baixa renda. Baseando-se em diversas revisões recentes da literatura sobre visita domiciliar, boa parte da qual inclui o trabalho bem documentado da própria autora e de seus colegas, ela assume uma visão mais otimista do que a de Knitzer sobre a eficácia dos programas de visita domiciliar (embora ainda seja uma visão cautelosa). Supõe que os programas de visita domiciliar estejam associados a progressos na saúde e no desenvolvimento das crianças – embora não necessariamente nas áreas emocional, social e comportamental – e a ambientes mais favoráveis para a educação das crianças. Kitzman reconhece, no entanto, que os resultados são variáveis, em grande parte devido à variabilidade entre os programas em termos de modelos teóricos, metas dos serviços, intensidade, implementação e qualidade dos serviços, para mencionar apenas algumas dimensões-chave que provavelmente têm contribuído para essa inconsistência. Identifica diversas características dos programas de visita domiciliar que podem levar a resultados mais positivos. Essas características incluem o atendimento de necessidades tanto dos pais quanto das crianças – necessidades estas que vão além do provimento de apoio social –, a garantia de que os programas sejam prestados com competência e o direcionamento dos programas para as famílias mais vulneráveis.

Implicações para políticas

Um tema comum que emerge desses três artigos é que nosso conhecimento a respeito de estratégias para a promoção do desenvolvimento emocional, social e comportamental de crianças de baixa renda está incompleto. Quer seja necessário o desenvolvimento de modelos melhores de programas de modo geral, como argumentam Lipman e Boyle e Knitzer, ou especificamente em relação a visitas domiciliares, é evidente a necessidade de que os programas sejam avaliados

com mais profundidade. Essas avaliações devem ter fundamentação teórica, utilizar métodos rigorosos e incluir um foco nos resultados emocionais, sociais e comportamentais da criança. Esse trabalho deve também levar em consideração as relações entre saúde emocional e social das crianças e seu sucesso na escola, comportamento e saúde dos pais.

Dito isto, os formuladores de políticas precisam agir, ainda que com conhecimentos incompletos. Os autores desses três artigos reconhecem essa situação e fazem diversas recomendações, como tentativas muitas vezes. Knitzer e Kitzman defendem programas que tenham uma abordagem multidimensional. O atendimento de necessidades de crianças de baixa renda envolve trabalhar com os adultos cujas relações com as crianças são fundamentais para seu bem-estar, especificamente os pais, os cuidadores e os professores. Esses serviços podem ser oferecidos em diversos contextos – em casa, na creche/escola, na clínica – e precisam ser parte de um esforço coordenado. Como notam Lipman e Boyle e Knitzer, uma vez que a necessidade de serviços ultrapassa amplamente a disponibilidade e o recebimento de serviços, esta deve ser uma preocupação fundamental dos formuladores de políticas. É relativamente simples atacar uma série de obstáculos, mas aumentar a capacidade envolve investimentos substanciais. No entanto, a conseqüência para as crianças, as famílias e a sociedade é excessivamente alta para que se ignore a importância da promoção do bem-estar emocional, social e comportamental de crianças de baixa renda.

Referências

1. McLoyd VC, Jayaratne TE, Ceballo R, Borquez J. Unemployment and work interruption among African American single mothers: Effects on parenting and adolescent socioemotional functioning. *Child Development* 1994;65(2):562-589.
2. Conger RD, Ge X, Elder GH, Lorenz FO, Simons RL. Economic stress, coercive family process, and developmental problems of adolescents. *Child Development* 1994;65(2):541-561.
3. Duncan GJ, Brooks-Gunn J, eds. *Consequences of growing up poor*. New York, NY: Russell Sage Foundation; 1997.
4. Haveman R, Wolfe B. *Succeeding generations: on the effects of investments in children*. New York, NY: Russell Sage Foundation; 1994.
5. Brooks-Gunn J, Duncan GJ. The effects of poverty on children. *Future of Children* 1997;7(2):55-71. Disponível em: http://www.futureofchildren.org/usr_doc/vol7no2ART4.pdf. Acesso em: 29 de novembro de 2005.
6. Duncan GJ, Brooks-Gunn J, Klebanov PK. Economic deprivation and early childhood development. *Child Development* 1994;65(2):296-318.
7. Duncan GJ, Yeung WJ, Brooks-Gunn J, Smith JR. How much does childhood poverty affect the life chances of children? *American Sociological Review* 1998;63(3):406-423.
8. Korenman S, Miller JE, Sjaastad JE. Long-term poverty and child development in the United States: Results from the NLSY. *Children and Youth Services Review* 1995;17(1-2):127-155.

9. McLeod JD, Shanahan MJ. Trajectories of poverty and children's mental health. *Journal of Health and Social Behavior* 1996;37(3):207-220.

10. McLeod JD, Shanahan MJ. Poverty, parenting, and children's mental health. *American Sociological Review* 1993;58(3):351-366.

11. Shonkoff JP, Phillips DA, eds. *From neurons to neighborhoods: the science of early child development*. Washington, DC: National Academy Press; 2000.

12. Carnegie Task Force on Meeting the Needs of Young Children. *Starting points: meeting the needs of our youngest children: the report of the Carnegie Task Force on Meeting the Needs of Young Children*. New York, NY: Carnegie Corporation of New York; 1994.